

Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação

Coordenação de Biblioteca

<http://bd.camara.gov.br>

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."

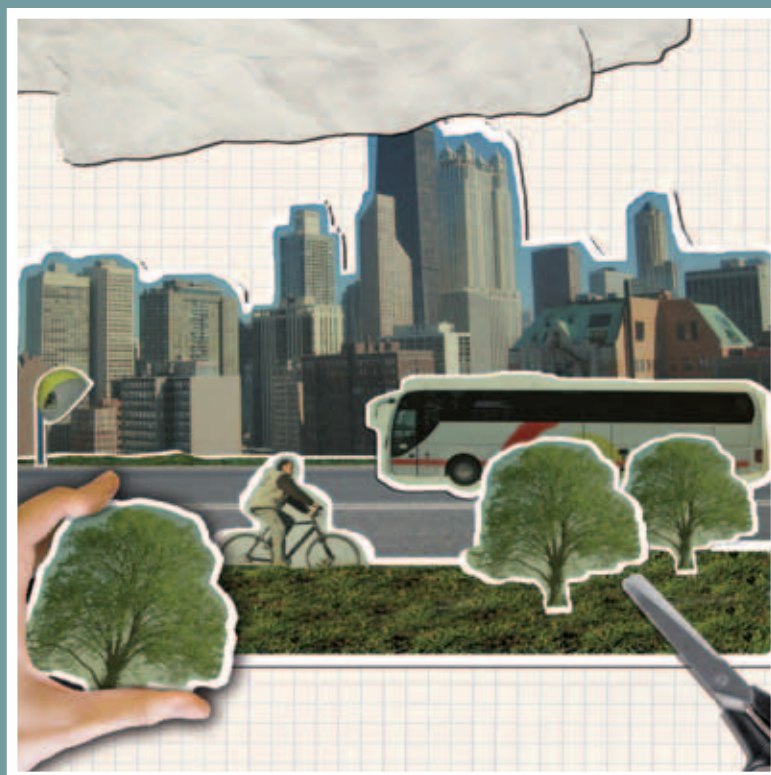




Câmara dos
Deputados

ação parlamentar

RELATÓRIO 2008



Comissão de Desenvolvimento Urbano
Brasília | 2009

Mesa da Câmara dos Deputados
53ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa
2009

Presidente

Michel Temer

1º Vice-Presidente

Marco Maia

2º Vice-Presidente

Antônio Carlos Magalhães Neto

1º Secretário

Rafael Guerra

2º Secretário

Inocêncio Oliveira

3º Secretário

Odair Cunha

4º Secretário

Nelson Markezelli

Suplentes de Secretário

1º Suplente

Marcelo Ortiz

2º Suplente

Giovanni Queiroz

3º Suplente

Leandro Sampaio

4º Suplente

Manoel Junior

Diretor-Geral

Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida

Secretário-Geral da Mesa

Mozart Vianna de Paiva



Câmara dos
Deputados

Comissão de Desenvolvimento Urbano

Relatório 2008

Relatório de atividades de 2008
da Comissão de Desenvolvimento
Urbano da Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação
Edições Câmara
Brasília | 2009

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA LEGISLATIVA

Diretor Afrísio Vieira Lima Filho

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Diretor Adolfo C. A. R. Furtado

COORDENAÇÃO EDIÇÕES CÂMARA

Diretora Maria Clara Bicudo Cesar

DEPARTAMENTO DE COMISSÕES

Diretor Silvio Avelino da Silva

Projeto gráfico Racsow

Diagramação e capa Cibele Marinho Paz

Ilustração Coordenação de Divulgação – SECOM

Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação – Cedi

Coordenação Edições Câmara – Coedi

Anexo II – Térreo – Praça dos Três Poderes

Brasília (DF) – CEP 70160-900

Telefone: (61) 3216-5802; fax: (61) 3216-5810

edicoes.cedi@camara.gov.br

SÉRIE

Ação parlamentar

n. 394

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Desenvolvimento Urbano.

Relatório 2008. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009.

77 p. – (Série ação parlamentar ; n. 394)

ISBN 978-85-736-5608-4

1. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Desenvolvimento Urbano, relatório, 2008. I. Título. II. Série.

CDU 342.536(81)

ISBN 978-85-736-5608-4

Sumário

A CDU	5
Mensagem da Presidente	7
Membros da Comissão de Desenvolvimento Urbano – 2008	11
Corpo Técnico da Comissão de Desenvolvimento Urbano – 2008	19
Movimentação Parlamentar em 2008 na CDU	21
Produção Legislativa	23
Decurso de Prazo na Comissão	24
Atividades Administrativas	25
Proposições.....	27
Proposições de Destaque Aprovadas na CDU em 2008.....	27
Proposições Deliberadas no Ano de 2008.....	28
Emendas à Lei Orçamentária para 2009	45

Emendas Aprovadas pela CDU em 28/05/08 – LDO 2008.....	45
Emendas Aprovadas pela CDU em 13/11/08 – LOA (PL 38/2008 – CN)	46
Audiências Públicas.....	47
Seminários e Outros Eventos	54
9ª Conferência das Cidades	59
Concurso Público Selo Cidade Cidadã – 4ª Edição.....	64
Destaques de 2008 da Publicação Cidade em Pauta	67
Divulgação das atividades pela Assessoria de Imprensa	71
Breves Considerações sobre Processo Legislativo	73
Considerações Finais.....	75

A CDU

Contribuindo para o Desenvolvimento Urbano do País

Criada pela Resolução nº 4, de 1985, e ratificada pelas Resoluções nºs 25, de 1993, e 20 de 2004, a Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados examina as proposições legislativas relacionadas ao desenvolvimento urbano no Brasil e suas matérias correlatas como: uso, parcelamento e ocupação do solo das cidades; habitação e seu sistema financeiro; infraestrutura e saneamento ambiental; trânsito e transportes públicos urbanos e coleta de lixo e resíduos sólidos.

A extensão dos desafios lançados pelas cidades brasileiras recomendava a destinação de um órgão técnico exclusivamente dedicado a seu acompanhamento parlamentar. Ademais, a necessidade premente de estabelecer um canal de interlocução com a sociedade no que diz respeito às questões urbanas, também reivindicava a criação de um colegiado específico dentro do Poder Legislativo.

Nesses poucos anos de existência, a CDU teve participação decisiva para a aprovação de projetos de leis de alta relevância para o desenvolvimento urbano no País, sendo emblemáticos, nesse sentido, a Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e a Lei nº 11.445/2007, que estabeleceu o Marco Regulatório do Saneamento Básico.

Dessa forma, as proposições que tramitam nesta Comissão trazem grande impacto à vida dos moradores das cidades, vez que cuidam de itens indispensáveis à qualidade de vida, tais como o direito à moradia digna; ao transporte público eficiente; ao saneamento básico; à ocupação ordenada do solo; à infraestrutura urbana e à mobilidade e acessibilidade.

E a CDU continuará trabalhando, de forma tenaz e incansável, para propiciar ao povo brasileiro leis de qualidade em relação ao campo temático em que atua. Assim, poderemos avançar cada vez mais na construção de cidades mais humanas, mais includentes e mais sustentáveis.

Mensagem da Presidente

Em 2008, tive a honra de conduzir os trabalhos de uma das mais importantes Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados: a de Desenvolvimento Urbano. Ao fazer um balanço do exercício da presidência, posso afirmar que a imensa responsabilidade resultou em plena gratificação e certeza do dever cumprido.

A participação e o apoio dos parlamentares que compõem a CDU possibilitaram o desenvolvimento de ações voltadas à conscientização das prioridades urbanas de nosso País. E a sustentabilidade nas cidades brasileiras, eleita por esta presidente para nortear os trabalhos da Comissão, foi, também, defendida por todo o colegiado, o que motivou a temática da 9ª Conferência das Cidades, realizada nos dias 11 e 12 de novembro.

Além disso, ao longo deste ano, priorizamos os projetos e debates sobre as três áreas em que a comissão atua: mobilidade, habitação e desenvolvimento urbano. Foram estas diretrizes que nortearam minha gestão frente à CDU, possibilitando a discussão e votação de 46 proposições, além da realização de três Seminários e sete Audiências Públicas, cujo conteúdo essencial pode ser conhecido neste relatório.

A Comissão de Desenvolvimento Urbano é o fórum adequado do Legislativo para reunir experiências, identificar alternativas e propor soluções visando enfrentar o atual panorama dos graves problemas sociais e ambientais causados pelo crescimento desordenado da maioria das cidades brasileiras.

Outra questão que não posso deixar de mencionar, dada a sua relevância para uma imensa parcela da população brasileira, é a falta de moradia. O problema foi amplamente debatido no “Colóquio sobre Habitação de Interesse Social”, com a participação de lideranças de todos os setores envolvidos. E a CDU conquistou ganhos com a apresentação de uma proposta concreta para reverter o déficit habitacional no país, estimado em mais de 7 milhões de moradias. Por iniciativa desta presidente e dos deputados que fazem parte do Colegiado, a CDU apresentou a PEC 285/08, que fixa um limite mínimo obrigatório de gastos públicos com habitação de interesse social, incidente sobre cada um dos entes federados. Efetivamente, podemos afirmar que tal exigência – assemelhada àquelas aplicáveis à Educação e à Saúde – é crucial para que acima de discursos e preleções, possamos dotar as políticas públicas de Municípios, Estados, Distrito Federal e União de instrumento básico para que o desafio seja exitosamente enfrentado.

Penso que é dever de todos nós, parlamentares, contribuímos para a solução de um problema crônico que afeta, principalmente, as camadas mais sofridas e desassistidas da população, que vivem em condições sub-humanas nas grandes cidades brasileiras. É nossa responsabilidade colaborar para a adoção de políticas públicas que promovam a sustentabilidade social aliada à sustentabilidade ambiental, como caminho para uma nova consciência de cidadania urbana.

A melhoria da qualidade de vida da população brasileira e a superação dos baixos indicadores sociais das regiões mais pobres passam pelo planejamento do ambiente urbano e pela democratização dos processos decisórios em todas as instâncias da gestão pública. Este é o desafio da CDU: debater e planejar a gestão dos espaços urbanos, por meio de critérios sociais, ambientais e econômicos.

Por fim, defendo a sustentabilidade nas cidades brasileiras como um caminho a ser debatido, estabelecido, difundido e alcançado, especialmente nos dias atuais, em que o crescimento rápido e desordenado dos grandes centros impõe a adoção de soluções urbanas ágeis e eficientes por parte dos gestores públicos.

A concepção de “cidade sustentável” implica, necessariamente, no oferecimento de transporte coletivo, saúde e educação de






qualidade, além de desenvolvimento econômico com respeito ao meio ambiente, pois justiça social e sustentabilidade são elementos indissociáveis. Prosseguindo neste esforço será possível construir um futuro melhor e mais digno para todos os brasileiros representados neste Parlamento.






*Deputada Angela Amin
Presidente
Comissão de Desenvolvimento Urbano*






Membros da Comissão de Desenvolvimento Urbano – 2008






Mesa da Comissão

Presidente**Angela Amim****PP (SC)****Vice-Presidentes****Filipe Pereira****PSC (RJ)****Evandro Milhomen****PCdoB (AP)****Moisés Avelino****PMDB (TO)**






Titulares	
Deputado Ademir Camilo	PDT (MG)
	
Deputada Angela Amim	PP (SC)
	
Deputado Carlos Brandão	PSDB (MA)
	
Deputado Eliene Lima	PP (MT)
	
Deputado Evandro Milhomem	PCdoB (AP)
	

Deputado Fernando Chucre	PSDB (SP)
	
Deputado Filipe Pereira	PSC (RJ)
	
Deputado Flaviano Melo	PMDB (AC)
	
Deputado José Airton Cirilo	PT (CE)
	
Deputado José Paulo Tóffano	PV (SP)
	

Deputado Lázaro Botelho	PP (TO)
	
Deputada Luiz Carlos Busato	PTB (RS)
	
Deputado Marcelo Melo	PMDB (GO)
	
Deputado Mauro Mariani	PMDB (SC)
	
Deputado Moisés Avelino	PMDB (TO)
	

Deputado Zezéu Ribeiro	PT (BA)
	
Suplentes	
Deputado Arnaldo Jardim	PPS (SP)
	
Deputado Chico da Princesa	PR (PR)
	
Deputado Flávio Dino	PCdoB (MA)
	
Deputado Francisco Rodrigues	DEM (RR)
	

Deputado **Gustavo Fruet****PSDB (PR)**Deputado **Jackson Barreto****PMDB (SE)**Deputado **Marcos Antônio****PRB (PE)**Deputado **Paulo Roberto****PTB (RS)**Deputado **Paulo Teixeira****PT (SP)**

Deputado Pedro Henry	PP (MT)
	
Deputado Raul Henry	PMDB (PE)
	
Deputado Renato Amary	PSDB (SP)
	
Deputado Ricardo Berzoini	PT (SP)
	
Deputado Roberto Santiago	PV (SP)
	

Deputado **Rogério Lisboa**

DEM (RJ)



Deputado **Vicentinho**

PT (SP)



Deputado **Silvio Costa**

PMN (PE)



Corpo Técnico da Comissão de Desenvolvimento Urbano – 2008

Secretário da Comissão

Romulo Mesquita

Secretário substituto

Gilson Vieira

Assessores Administrativos

Eloneide Sampaio

Francisco de Queiroz

Francisco Nascimento

Miriam Paiva

Assessores Legislativos

Clesione Gomes

Elita de Sousa

Rosane Araujo

Rubens Ribeiro

Assessoria de Comunicação

Márcia Regina Coser

Felipe Krauss (estagiário)

Movimentação Parlamentar em 2008 na CDU

INDICAÇÃO	CONDIÇÃO	NOME PARLAMENTAR	UF	ENTRADA	SAÍDA
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT do B	Titular	ANGELA AMIN	SC	14/02/07	06/02/08
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT do B	Titular	EDSON SANTOS	RJ	14/02/07	06/02/08
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT do B	Titular	JOÃO LEÃO	BA	14/02/07	06/02/08
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT do B	Titular	JOSÉ AIRTON CIRILO	CE	14/02/07	06/02/08
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT do B	Titular	JOSÉ PAULO TÓFFANO	SP	14/02/07	06/02/08
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT do B	Titular	LÁZARO BOTELHO	TO	14/02/07	06/02/08
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT do B	Titular	LUIZ CARLOS BUSATO	RS	14/02/07	06/02/08
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT do B	Titular	MARCELO MELO	GO	14/02/07	06/02/08
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT do B	Titular	MARINHA RAUPP	RO	14/02/07	06/02/08
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT do B	Titular	ZEZÉU RIBEIRO	BA	14/02/07	06/02/08
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT do B	Titular	ANGELA AMIN	SC	04/03/08	
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT do B	Titular	CHICO ABREU	GO	04/03/08	04/11/08
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT do B	Titular	EUNÍCIO OLIVEIRA	CE	04/03/08	02/07/08
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT do B	Titular	JACKSON BARRETO	SE	04/03/08	02/03/08
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT do B	Titular	JOSÉ AIRTON CIRILO	CE	04/03/08	
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT do B	Titular	JOSÉ PAULO TÓFFANO	SP	04/03/08	
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT do B	Titular	LUIZ CARLOS BUSATO	RS	04/03/08	
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT do B	Titular	MARCELO MELO	GO	04/03/08	
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT do B	Titular	RAUL HENRY	P E	04/03/08	12/03/08
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT do B	Titular	ZEZÉU RIBEIRO	BA	04/03/08	
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT do B	Titular	FILIPPE PEREIRA	RJ	12/03/08	
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT do B	Titular	MOISES AVELINO	TO	12/03/08	
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT do B	Titular	MAURO MARIANI	SC	03/07/08	
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT do B	Suplente	CHICO DA PRINCESA	PR	14/02/07	06/02/08
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT do B	Suplente	JOSÉ GUIMARÃES	CE	14/02/07	06/02/08
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT do B	Suplente	LUIZ BITTENCOURT	GO	14/02/07	06/02/08
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT do B	Suplente	PAULO RUBEM SANTIAGO	PE	14/02/07	06/02/08
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT do B	Suplente	PEDRO EUGÊNIO	PE	14/02/07	06/02/08
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT do B	Suplente	PEDRO HENRY	MT	14/02/07	06/02/08
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT do B	Suplente	ROBERTO SANTIAGO	SP	14/02/07	06/02/08
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT do B	Suplente	SÉRGIO MORAES	RS	14/02/07	06/02/08
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT do B	Suplente	HERMES PARCIANELLO	PR	28/02/07	06/02/08

INDICAÇÃO	CONDIÇÃO	NOME PARLAMENTAR	UF	ENTRADA	SÁIDA
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT do B	Suplente	GUSTAVO FRUET	PR	23/05/07	06/02/08
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT do B	Suplente	CEZAR SCHIRMER	RS	04/03/08	11/11/08
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT do B	Suplente	PAULO ROBERTO	RS	04/03/08	
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT do B	Suplente	PAULO TEIXEIRA	SP	04/03/08	
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT do B	Suplente	PEDRO HENRY	MT	04/03/08	25/06/08
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT do B	Suplente	RICARDO BERZOINI	SP	04/03/08	
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT do B	Suplente	ROBERTO SANTIAGO	SP	04/03/08	
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT do B	Suplente	VICENTINHO	SP	04/03/08	
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT do B	Suplente	CHICO DA PRINCESA	PR	07/03/08	
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT do B	Suplente	JACKSON BARRETO	SE	12/03/08	
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT do B	Suplente	RAUL HENRY	PE	02/03/08	
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT do B	Suplente	ROGERIO SILVA	MT	25/06/08	18/10/08
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT do B	Suplente	PEDRO HENRY	MT	05/11/08	
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT do B	Suplente	CEZAR SCHIRMER	RS	26/11/08	30/12/08
PSB/PDT/PC do B/PMN	Titular	ADEMIR CAMILO	MG	14/02/07	06/02/08
PSB/PDT/PC do B/PMN	Titular	LAUREZ MOREIRA	TO	14/02/07	06/02/08
PSB/PDT/PC do B/PMN	Titular	ADEMIR CAMILO	MG	04/03/08	
PSB/PDT/PC do B/PMN	Titular	EVANDRO MILHOMEN	AP	04/03/08	
PSB/PDT/PC do B/PMN	Titular	ULDURICO PINTO	BA	04/03/08	13/11/08
PSB/PDT/PC do B/PMN	Suplente	DAVI ALVES SILVA JÚNIOR	MA	14/02/07	06/02/08
PSB/PDT/PC do B/PMN	Suplente	PAULO ROBERTO	RS	14/02/07	06/02/08
PSB/PDT/PC do B/PMN	Suplente	WALTER BRITO NETO	PB	21/11/07	06/02/08
PSB/PDT/PC do B/PMN	Suplente	FLÁVIO DINO	MA	04/03/08	
PSB/PDT/PC do B/PMN	Suplente	MARCOS ANTONIO	PE	04/03/08	
PSB/PDT/PC do B/PMN	Suplente	SILVIO COSTA	PE	04/03/08	
PSDB/DEM/PPS	Titular	ELIENE LIMA	MT	14/02/07	06/02/08
PSDB/DEM/PPS	Titular	FERNANDO CHUCRE	SP	14/02/07	06/02/08
PSDB/DEM/PPS	Titular	JACKSON BARRETO	SE	14/02/07	06/02/08
PSDB/DEM/PPS	Titular	SOLANGE AMARAL	RJ	14/02/07	06/02/08
PSDB/DEM/PPS	Titular	CARLOS BRANDÃO	MA	04/03/08	
PSDB/DEM/PPS	Titular	FERNANDO CHUCRE	SP	04/03/08	
PSDB/DEM/PPS	Titular	FLAVIANO MELO	AC	04/03/08	
PSDB/DEM/PPS	Titular	LÁZARO BOTELHO	TO	04/03/08	
PSDB/DEM/PPS	Titular	ELIENE LIMA	MT	06/03/08	
PSDB/DEM/PPS	Suplente	CARLOS BRANDÃO	MA	14/02/07	06/02/08

INDICAÇÃO	CONDIÇÃO	NOME PARLAMENTAR	UF	ENTRADA	SAÍDA
PSDB/DEM/PPS	Suplente	ROGERIO LISBOA	RJ	14/02/07	06/02/08
PSDB/DEM/PPS	Suplente	ROSE DE FREITAS	ES	14/02/07	06/02/08
PSDB/DEM/PPS	Suplente	ANDRÉ DE PAULA	PE	03/05/07	06/02/08
PSDB/DEM/PPS	Suplente	RENATO AMARY	SP	15/05/07	06/02/08
PSDB/DEM/PPS	Suplente	ARNALDO JARDIM	SP	04/03/08	
PSDB/DEM/PPS	Suplente	FRANCISCO RODRIGUES	RR	04/03/08	29/05/08
PSDB/DEM/PPS	Suplente	GUSTAVO FRUET	PR	04/03/08	
PSDB/DEM/PPS	Suplente	RENATO AMARY	SP	04/03/08	
PSDB/DEM/PPS	Suplente	ROGERIO LISBOA	RJ	04/03/08	
PSDB/DEM/PPS	Suplente	OSÓRIO ADRIANO	DF	29/05/08	18/06/08
PSDB/DEM/PPS	Suplente	OSÓRIO ADRIANO	DF	25/06/08	03/07/08
PSDB/DEM/PPS	Suplente	FRANCISCO RODRIGUES	RR	03/07/08	

Fonte: Secretaria Geral, em 14/01/09

Produção Legislativa

ATIVIDADE	TOTAL
Reuniões Realizadas (Entre 04/03/2008 a 26/11/2008)	39
Reuniões Deliberativas Ordinárias	23
Proposições Apreciadas	46
Proposições Aprovadas	30
Proposições Rejeitadas	16
Emendas Apresentadas à Lei Orçamentária (PLN 30/ 2007 – CN)	06
Audiências Públicas	07
Seminários	03
Grandes eventos	02
Solenidades	01
Outros eventos (Subcomissões)	04
Número de Proposições Distribuídas entre os Membros CDU	16
Proposições prontas para pauta	10
Proposições aguardando designação	01

Decurso de Prazo na Comissão

PROPOSIÇÃO	REGIME	DECURSO NESTA LEGISLATURA	DECURSO DESDE A ÚLTIMA ENTRADA NA COMISSÃO
PFC 17/1999	Ordinária	223 sessões desde 01/02/2007	1281 sessões desde 23/09/1999
PL 7368/2002	Prioridade	138 sessões desde 10/09/2007	138 sessões desde 10/09/2007
PL 467/2003	Prioridade	138 sessões desde 10/09/2007	138 sessões desde 10/09/2007
PL 848/2003	Ordinária	201 sessões desde 21/03/2007	743 sessões desde 21/05/2003
PL 1944/2003	Ordinária	42 sessões desde 19/06/2008	42 sessões desde 19/06/2008
PL 2388/2003	Prioridade	138 sessões desde 10/09/2007	138 sessões desde 10/09/2007
PL 3460/2004	Ordinária	212 sessões desde 01/03/2007	212 sessões desde 01/03/2007
PL 4602/2004	Ordinária	201 sessões desde 21/03/2007	487 sessões desde 28/12/2004
PL 6456/2005	Prioridade	138 sessões desde 10/09/2007	138 sessões desde 10/09/2007
PL 7412/2006	Prioridade	223 sessões desde 01/02/2007	254 sessões desde 05/09/2006
PL 7529/2006	Prioridade	223 sessões desde 01/02/2007	237 sessões desde 10/11/2006
PL 7605/2006	Ordinária	32 sessões desde 30/07/2008	32 sessões desde 30/07/2008
PL 7649/2006	Prioridade	42 sessões desde 23/06/2008	42 sessões desde 23/06/2008
PL 73/2007	Ordinária	216 sessões desde 22/02/2007	216 sessões desde 22/02/2007
PL 531/2007	Prioridade	192 sessões desde 09/04/2007	192 sessões desde 09/04/2007
PL 748/2007	Ordinária	80 sessões desde 12/03/2008	80 sessões desde 12/03/2008
PL 1516/2007	Ordinária	153 sessões desde 08/08/2007	153 sessões desde 08/08/2007
PL 1711/2007	Prioridade	146 sessões desde 24/08/2007	146 sessões desde 24/08/2007
PL 2020/2007	Ordinária	0 sessão desde 24/12/2008	0 sessão desde 24/12/2008
PL 2526/2007	Ordinária	101 sessões desde 11/12/2007	101 sessões desde 11/12/2007
PL 2630/2007	Ordinária	97 sessões desde 08/01/2008	97 sessões desde 08/01/2008
PL 2897/2008	Ordinária	45 sessões desde 06/06/2008	45 sessões desde 06/06/2008
PL 3080/2008	Ordinária	68 sessões desde 09/04/2008	68 sessões desde 09/04/2008
PL 3339/2008	Ordinária	54 sessões desde 13/05/2008	54 sessões desde 13/05/2008
PL 3510/2008	Ordinária	43 sessões desde 13/06/2008	43 sessões desde 13/06/2008
PL 3517/2008	Ordinária	43 sessões desde 16/06/2008	43 sessões desde 16/06/2008
PL 4266/2008	Ordinária	6 sessões desde 27/11/2008	6 sessões desde 27/11/2008
PL 4285/2008	Ordinária	7 sessões desde 26/11/2008	7 sessões desde 26/11/2008
PL 4286/2008	Ordinária	7 sessões desde 26/11/2008	7 sessões desde 26/11/2008
PL 4328/2008	Ordinária	2 sessões desde 04/12/2008	2 sessões desde 04/12/2008
PL 4374/2008	Ordinária	0 sessão desde 18/12/2008	0 sessão desde 18/12/2008
PLP 394/2008	Prioridade	29 sessões desde 18/08/2008	29 sessões desde 18/08/2008

PROPOSIÇÃO	REGIME	DECURSO NESTA LEGISLATURA	DECURSO DESDE A ÚLTIMA ENTRADA NA COMISSÃO
REM 1/2005 CDU PL 3784/2004		223 sessões desde 01/02/2007	416 sessões desde 15/06/2005
REQ 15/2007	Ordinária	198 sessões desde 27/03/2007	198 sessões desde 27/03/2007
REQ 25/2007	Ordinária	161 sessões desde 28/06/2007	161 sessões desde 28/06/2007
REQ 40/2007	Ordinária	119 sessões desde 24/10/2007	119 sessões desde 24/10/2007
REQ 51/2008	Ordinária	57 sessões desde 06/05/2008	57 sessões desde 06/05/2008
REQ 52/2008	Ordinária	51 sessões desde 19/05/2008	51 sessões desde 19/05/2008
REQ 56/2008	Ordinária	45 sessões desde 05/06/2008	45 sessões desde 05/06/2008
REQ 57/2008	Ordinária	36 sessões desde 08/07/2008	36 sessões desde 08/07/2008
REQ 59/2008	Ordinária	23 sessões desde 19/09/2008	23 sessões desde 19/09/2008
REQ 63/2008	Ordinária	2 sessões desde 05/12/2008	2 sessões desde 05/12/2008
RIC 1/2008		21 sessões desde 08/10/2008	21 sessões desde 08/10/2008

Atividades Administrativas

TIPO DE COMUNICAÇÃO	TOTAL
Ofícios do Presidente Expedidos	216
Ofícios do Presidente Recebidos	068
Ofícios do Secretário Expedidos	234
Ofícios do Secretário Recebidos	008
Memorandos Expedidos	027
Memorandos Recebidos	009
Jornais da CDU	023

Proposições

(Para Informações mais detalhadas acesse: www.camara.gov.br)

Proposições de Destaque Aprovadas na CDU em 2008

PL 2460/2007

Autor: Adão Pretto

Ementa: dispõe sobre destinação de bens imóveis recebidos pela União em dação em pagamento.

Explicação da ementa: sugere que os recursos financeiros provenientes da alienação de bens imóveis, recebidos pela União em dação em pagamento, sejam empregados para compor o patrimônio do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

Em 18/06/2008: aprovado Parecer da Relatora, deputada Angela Amin, pela aprovação, com emenda.

PL 1121/2007

Autor: Marcelo Melo

Ementa: regulamenta o disposto no § 4º do art. 18 da Constituição Federal.

Explicação da Ementa: regulamenta a Constituição Federal de 1988 referente ao Estudo de Viabilidade Municipal para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios.

Em 03/09/2008: aprovado Parecer da Relatora, deputada Angela Amin, pela aprovação na forma do Substitutivo.

PL 5699/2005

Autor: Celso Russomano

Ementa: altera os arts. 7º, 13 e 15 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que, primordialmente, dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.

Em 26/11/2008: aprovado Parecer do Relator, deputado José Airton Cirilo, pela aprovação na forma do Substitutivo.

Proposições Deliberadas no Ano de 2008

Projetos de Lei

PL 1465/2007

Autor: Senador Pedro Simon

Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 10.840, de 11 de fevereiro de 2004, que cria o Programa Especial de Habitação Popular – PEHP, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: aumenta o limite da renda familiar para participação do PEHP para até 5 (cinco) salários mínimos; define como beneficiários do financiamento, as cooperativas, associações, mutirões, construtoras, projetos individuais; fixa em 50 (cinquenta) metros quadrados o tamanho mínimo da área a ser construída.

Em 12/03/2008: aprovado Parecer do Relator, deputado Fernando Chucre, pela rejeição do projeto de lei.

PL 1152/2007

Autor: Leonardo Quintão

Cria o Programa Casa Própria Subsidiada.

Explicação da Ementa: concede subsídio ao financiamento de casa própria aos detentores de renda familiar não superior a 3 (três) salários mínimos.

Em 12/03/2008: aprovado Parecer do Relator, deputado Fernando Chucre, pela rejeição do projeto de lei.

PL 2124/2007

Autor: Otávio Leite

Institui mecanismo tributário através do Imposto de Renda Pessoa Física, para fins de estímulo à aquisição de casa própria por contribuinte, desde que, exclusivamente destinada para sua moradia.

Explicação da Ementa: autoriza o contribuinte a deduzir do imposto de renda o valor da aquisição de imóvel destinado exclusivamente à moradia própria, desde que venha a ser este o seu único imóvel.

Em 12/03/2008: aprovado Parecer do Relator, deputado Eliene Lima, pela aprovação do projeto de lei.

PL 1070/2007

Autor: Carlos Bezerra

Altera a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, que Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências.

Explicação da Ementa: exclui do benefício do perdão da dívida as operações de financiamento não-habitacional e as de autofinanciamento do tipo consórcio.

Em 02/04/2008: aprovado Parecer do Relator, deputado Luiz Carlos Busato, pela aprovação do Projeto de Lei.

PL 2401/2007

Autor: Clóvis Fecury

Institui o Fundo de Desenvolvimento dos Municípios de Pequeno Porte.

O fundo tem a finalidade de dar suporte a programas integrados de melhoria de infra-estrutura social e urbana básica dos Municípios com população inferior a 30 mil habitantes.

Em 14/05/2008: aprovado Parecer do Relator, deputado Fernando Chucre, pela rejeição do Projeto de Lei.

PL 2797/2008

Autor: Márcio França

Altera dispositivos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, que Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências. Altera o artigo 6º da referida lei.

Em 14/05/2008: aprovado Parecer do Relator, deputado Fernando Chucre, pela rejeição do Projeto de Lei.

PL 3115/2004

Autor: Vicentinho

Dispõe sobre a obrigatoriedade de oferta de instalações sanitárias na proporção de duas unidades de uso feminino para cada unidade de uso masculino nas edificações públicas e

privadas do País com área construída superior a quinhentos metros quadrados.

Em 18/06/2008: aprovado Parecer do Relator, deputado Paulo Roberto, pela rejeição do Projeto de Lei.

PL 2460/2007

Autor: Adão Pretto

Dispõe sobre destinação de bens imóveis recebidos pela União em dação em pagamento.

Explicação da ementa: sugere que os recursos financeiros provenientes da alienação de bens imóveis, recebidos pela União em dação em pagamento, sejam empregados para compor o patrimônio do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

Em 18/06/2008: aprovado Parecer da Relatora, deputada Angela Amin, pela aprovação, com emenda.

PL 2654/2007

Autora: Maria do Rosário

Altera a Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensações de Variações Salariais – FCVS – e dá outras providências.

Explicação da ementa: estende os benefícios previstos na Lei aos imóveis financiados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação – SFH, com cobertura do FCVS, que tenham sido objeto de contrato particular de compra e venda celebrado até o dia 21 de dezembro de 2000.

Em 18/06/2008: aprovado Parecer do Relator, deputado Fernando Chucre, pela rejeição.

PL 747/2007

Autor: Rogério Lisboa

Altera o artigo 31A da Lei nº 4.591 de 16 de dezembro de 1964.

Explicação da Ementa: torna compulsória a afetação patrimonial das incorporações imobiliárias.

Em 02/07/2008: aprovado Parecer do Relator, deputado Gustavo Fruet, pela rejeição.

PL 2208/2007**Autor: José Genoíno**

Altera dispositivos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, que dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências.

Explicação da Ementa: estabelece a obrigatoriedade de notificação do devedor para quitar o saldo de seu financiamento imobiliário junto à instituição financeira titular do crédito original.

Em 02/07/2008: aprovado Parecer do Relator, deputado Fernando Chucre, pela rejeição.

PL 2900/2008**Autor: Manato**

Estabelece a obrigatoriedade do plantio de árvores para os casais que quiserem casar ou divorciar, para os compradores de veículos zero-quilômetro e para as construtoras de imóveis residenciais e/ou comerciais.

Em 09/07/2008: aprovado Parecer do Relator Vencedor, deputado Fernando Chucre, pela rejeição.

PL 1983/2007**Autor: Comissão de Legislação Participativa**

Estabelece a legitimidade do Ministério Público para propor a ação de usucapião especial urbana referida no art. 10 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto das Cidades.

Em 09/07/2008: aprovado Parecer do Relator Vencedor, deputado Fernando Chucre, pela rejeição.

PL 115/2007**Autor: Edmilson Valentim**

Regula o exercício do trabalho em empresas de transporte de passageiros sobre trilhos, e dá outras providências.

Em 02/07/2008: aprovado Parecer do Relator, deputado Fernando Chucre, pela rejeição.

PL 2165/2007**Autor: Edigar Mão Branca**

Institui a Política Nacional de Reforma ou Construção de Habitações de Interesse Social.

Em 16/07/2008: aprovado Parecer do Relator, deputado Luiz Carlos Busato, pela rejeição.

PL 3019/2008**Autor: Antonio Bulhões**

Ementa: acrescenta parágrafo ao art. 43 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.

Em 16/07/2008: aprovado Parecer do Relator, deputado Carlos Brandão, pela aprovação com emenda.

PL 3228/2008**Autor: Senador Antonio Carlos Valadares**

Ementa: altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para determinar a priorização dos meios de transporte de propulsão humana sobre os motorizados e do transporte coletivo sobre o individual.

Em 13/08/2008: aprovado Parecer do Relator, deputado José Paulo Tóffano, pela aprovação na forma do Substitutivo.

PL 1121/2007**Autor: Marcelo Melo**

Ementa: regulamenta o disposto no § 4º do art. 18 da Constituição Federal.

Explicação da Ementa: regulamenta a Constituição Federal de 1988 referente ao Estudo de Viabilidade Municipal para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios.

Em 03/09/2008: aprovado Parecer da Relatora, deputada Angela Amin, pela aprovação na forma do Substitutivo.

PL 3236/2008**Autor: Senador Marconi Perillo**

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para determinar a manutenção preventiva das redes de drenagem pluvial.

Em 08/10/2008: aprovado Parecer do Relator, deputado Fernando Chucre, pela aprovação na forma do Substitutivo.

PL 6101/2005

Autor: Senador Marconi Perillo

Ementa: dispõe sobre a venda direta de lotes de terreno da União, por interesse social, aos ocupantes de boa-fé, altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Obs.: com as proposições PL-2794/2003, PL -800/2007, PL -916/2007, PL -3314/2004, PL -801/2007, PL -809/2007 apensadas.

Em 15/10/2008: aprovado Parecer do Relator, deputado Gustavo Fret, pela rejeição do projeto e dos seus apensos.

PL 3115/2008

Autor: Senador Inácio Arruda

Ementa: institui o “Selo Estatuto da Cidade”, com o objetivo de impulsionar a implementação das ações e diretrizes contidas na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

Em 19/11/2008: aprovado Parecer do Relator, deputado Zezéu Ribeiro, pela aprovação do Projeto de Lei.

PL 3651/2008

Autor: Luiz Fernando Faria

Ementa: suprime o art. 45 da Lei nº 11.445/07, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766/79; 8.036/90; 8.666/93; 8.987/95; 6.528/78.

Em 19/11/2008: aprovado Parecer do Relator, deputado Fernando Chucre, rejeição do Projeto de Lei.

PL 5699/2005

Autor: Celso Russomano

Ementa: altera os arts. 7º, 13 e 15 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que, primordialmente, dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.

Em 26/11/2008: aprovado Parecer do Relator, deputado José Airton Cirilo, pela aprovação na forma do Substitutivo.

PL 3994/2004**Autor:** Carlos Nader

Ementa: fixa percentual de distribuição de moradias populares para servidores públicos.

Em 10/12/2008: aprovado Parecer do Relator, deputado Zezéu Ribeiro, pela rejeição do PL e dos seus apensos.

PL 136/2007**Autor:** Marcondes Gadelha

Ementa: autoriza os Estados a legislar sobre mobilidade urbana, a partir de diretrizes nacionais que estabelece, conforme prevê o parágrafo único do art. 22 da Constituição Federal.

Em 17/12/2008: aprovado o Parecer do Relator, deputado Jackson Barreto, pela aprovação do PL com emenda.

PL 668/2007**Autor:** Manoel Júnior

Ementa: dispõe sobre a colocação de assentos especiais para pessoas obesas em estabelecimentos de entretenimento e nos meios de transporte público coletivo em geral.

Em 17/12/2008: aprovado Parecer do Relator, deputado Marcelo Melo, pela aprovação, na forma do Substitutivo da Comissão de Viação e Transportes.

PL 7397/2006**Autor:** Julio Semeghini

Ementa: dispõe sobre as Áreas de Preservação Permanente no entorno de reservatórios d'águas artificiais.

Em 17/12/2008: aprovado Parecer do Relator, deputado Renato Amary, pela aprovação do PL, na forma do Substituto por ele apresentado.

Requerimentos**REQ 42/2008****Autor:** Paulo Teixeira

Requer a realização de Audiência Pública para debater o Plano Nacional de Habitação.

Em 12/03/2008: aprovado

REQ 43/2008**Autor: José Airton Cirilo**

Requer a realização de seminário com o propósito de debater os temas relacionados à política habitacional

Em 26/03/2008: aprovado

REQ 44/2008**Autor: Angela Amin**

Requer a realização de Audiência Pública para discutir as soluções para o trânsito nas metrópoles brasileiras.

Em 26/03/2008: aprovado

REQ 45/2008**Autor: Zezéu Ribeiro**

Requer a criação da Subcomissão Permanente de Ordenamento Territorial e Regiões Metropolitanas no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Urbano.

Em 02/04/2008: aprovado

REQ 47/2008**Autor: Comissão de Desenvolvimento Urbano**

Requer, nos termos regimentais, a realização, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em parceria com a Câmara dos Deputados e Instituto dos Arquitetos do Brasil, do Concurso Nacional de Idéias para Estudantes de Arquitetura e Urbanismo sobre o tema Sustentabilidade em Edificações Públicas.

Em 26/03/2008: aprovado

REQ 48/2008**Autor: Angela Amin**

Requer, nos termos regimentais, a realização da 9ª Conferência das Cidades.

Em 02/04/2008: aprovado

REQ 49/2008**Autor: Filipe Pereira**

Requer a criação de Subcomissão Especial e acompanhamento das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

Em 09/04/2008: aprovado

REQ 50/2008**Autor: Angela Amin**

Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para discutir e encaminhar propostas que garantam a vinculação de recursos nos Orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para financiar a construção de habitações de interesse social.

Em 07/05/2008: aprovado

REQ 51/2008**Autor: Jackson Barreto**

Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão da Amazônia para discutir questões relativas à problemática decorrente da expansão urbana.

Em 28/05/2008: aprovado

REQ 53/2008**Autor: Zezéu Ribeiro**

Requer a realização de Audiência Pública para discussão do PL nº 2525/07, que acrescenta dispositivos ao Código Civil.

Em 28/05/2008: aprovado

REQ 54/2008**Autor: Osório Adriano**

Solicita realização de Audiência Pública para debater o PL 6625/2006, que dispõe sobre o condomínio em shopping centers.

Em 05/06/2008: rejeitado

REQ 56/2008**Autor: Zezéu Ribeiro**

Requer a realização de Audiência Pública para discutir a perspectiva de Parceria Público-Privada para a conclusão dos metrô em regiões metropolitanas do País.

Em 05/06/2008: rejeitado

REQ 63/2008**Autora: Angela Amin**

Requer a criação de Grupo de Trabalho, composto pelos membros desta Comissão e demais parlamentares, para verificar

os danos causados pelas chuvas no Estado de Santa Catarina, bem como viabilizar a integração dos poderes nas esferas federal, estadual e municipal, a fim de acelerar a reconstrução dos municípios atingidos.

Em 10/12/2008: aprovado

Proposições Aguardando Parecer

PL 7368/2002

Autor: Comissão de Legislação Participativa

Ementa: altera o art. 2º da Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001.

Explicação da Ementa: inclui outros municípios do Estado de Minas Gerais no Plano de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE.

Regime de Tramitação: prioridade

Relator: Ademir Camilo

PL 1.944/03

Autor: Gonzaga Patriota (PSB-PE) [DEP]

Ementa: define condições para circulação de veículos automotores em áreas urbanas tombadas e dá outras providências.

Regime de Tramitação: ordinária

Relator: Zezéu Ribeiro

PL 3460/2004

Autor: Walter Feldman (PSDB-SP) [DEP]

Ementa: institui diretrizes para a Política Nacional de Planejamento Regional Urbano, cria o Sistema Nacional de Planejamento e Informações Regionais Urbanas e dá outras providências.

Regime de Tramitação: ordinária.

Relator: Fernando Chucre.

PL 7397/06**Autor:** Julio Semeghini (PSDB-SP) [DEP]**EMENTA:** dispõe sobre as Áreas de Preservação Permanente no entorno de reservatórios de água artificiais.**Regime de Tramitação:** ordinária.**Relator:** Renato Amary.**PL 7605/2006****Autor(es) :** Jackson Barreto (PTB-SE) [DEP]**EMENTA :** regulamenta a execução de serviços de limpeza no exterior de edifícios.**Regime de Tramitação:** ordinária.**Relator:** Ademir Camilo.**PL 7649/2006****Autor(es):** Senado Federal – Marcelo Crivella (PRB-RJ)**EMENTA:** altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.**Regime de Tramitação:** prioridade.**Relator:** Luiz Carlos Busato.**PL 73/2007****Autor(es):** Solange Amaral (PFL-RJ) [DEP]**EMENTA:** modifica o art. 2º e o art. 22 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.**Regime de Tramitação:** ordinária.**Relator:** Luiz Carlos Busato.**PL 668/2007****Autor(es):** Manoel Junior (PSB-PB) [DEP]**EMENTA:** dispõe sobre a colocação de assentos especiais para pessoas obesas em estabelecimentos de entretenimento e nos meios de transporte público coletivo em geral.**Regime de Tramitação:** ordinária.**Relator:** Marcelo Melo.

PL 748/2007**Autor(es):** Rogerio Lisboa (PFL-RJ) [DEP]**Ementa:** derroga o art. 9º da Lei 10.931, de 02 de agosto de 2004.**Explicação da Ementa:** derroga o dispositivo que determina a perda da eficácia da deliberação dos adquirentes pela continuação da obra e os efeitos do regime de afetação patrimonial, caso não se verifique o pagamento das obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas.**Regime de Tramitação:** ordinária.**Relator:** Renato Amary.**PL 1516/2007****Autor(es):** Eduardo Valverde (PT-RO) [DEP]**Ementa:** altera a Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensações de Variações Salariais – FCVS, e dá outras providências.**Explicação da Ementa:** permite que sejam integralmente absorvidos pelo FCVS os saldos devedores firmados no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) até 28 de julho de 1993; amplia até 21 de dezembro de 2000 o prazo para que os contratos dos imóveis transferidos com ou sem a interveniência do agente financiador (contrato de gaveta) sejam regularizados.**Regime de Tramitação:** ordinária.**Relator:** Lázaro Botelho.**PL 1711/2007****Autor(es):** Senado Federal**Ementa:** altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, para condicionar a pavimentação de vias urbanas à prévia implantação das redes de infra-estrutura urbana básica, e dá outras providências.**Regime de Tramitação:** prioridade.**Relator:** Ademir Camilo.

PL 2526/2007**Autor(es):** Silvio Lopes (PSDB-RJ) [DEP]**Ementa:** acrescenta dispositivos ao Código Civil, para obrigar a realização periódica de perícia em edificações e construções consideráveis.**Regime de Tramitação:** ordinária.**Relator:** Zezéu Ribeiro.**PL 2630/2007****Autor(es):** José Carlos Vieira (DEM-SC) [DEP]**Ementa:** dispõe sobre a adoção de providências visando economizar ou otimizar o uso da água, nas instalações hidráulicas e sanitárias das edificações que estejam sob a responsabilidade de órgãos pertencentes à administração pública federal. Regime de Tramitação: ordinária.**Relator:** José Paulo Tóffano.**PL 2897/2008****Autor(es):** Miguel Martini (PHS-MG) [DEP]**Ementa:** altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências (Estatuto da Cidade), no que diz respeito à arborização urbana.**Regime de Tramitação:** ordinária.**Relator:** José Paulo Tóffano.**PL 3080/2008****Autor(es):** Silvinho Peccioli (DEM-SP) [DEP]**Ementa:** dispõe sobre a instalação e manutenção de cercas eletrificadas e dá outras providências.**Regime de Tramitação:** ordinária.**Relator:** Fernando Chucre.**PLP 394/2008****Autor(es):** José Airton Cirilo (PT-CE) [DEP]**Ementa:** autoriza os Estados a legislar sobre o transporte remunerado de passageiros em motocicletas e motonetas moto-táxi.

Regime de Tramitação: prioridade

Relator: Eliene Lima.

Projetos Aguardando Designação

PL 4266/2008

Autor: Sandes Júnior

Ementa: estabelecem normas para a utilização de calçadas e áreas públicas pelo comércio, bares, restaurantes e similares em cidades com população superior à 50 mil habitantes e dá outras providências.

Proposições Prontas para Pauta

REQ 15/2007

Autor: Edson Santos

Requer, nos termos regimentais, convidar o Sr. Secretário de Transportes do Governo do Estado de São Paulo para prestar esclarecimentos sobre os acidentes da Linha 4 do Metrô da Cidade de São Paulo.

REQ 25/ 2007

Autor: Fernando Chucré

Requer agendamento de reunião com a participação de representantes do Ministério das Cidades.

REQ 40/2007

Autor: Pedro Eugênio

Solicita sejam convidados a comparecerem a esta Comissão para reunião de Audiência Pública representantes do Ministério das Cidades, Ministério da Integração Nacional, o Coordenador do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, o Secretário de Planejamento do Estado de Pernambuco, o Presidente do Fórum de Reforma Urbana, a Secretária Municipal de Habitação de Salvador e o representante do Município do Rio de Janeiro para discussão de ações voltadas à contenção de morros e encostas.

REQ 52/2008**Autor: Ademir Camilo**

Requer a redistribuição do Projeto de Lei nº 7.368, de 2002.

PL 848/2003**Autor: Eduardo Cunha (PPB-RJ) [DEP]**

Ementa: estabelece que nenhum saldo devedor de financiamento imobiliário poderá ser superior ao valor de mercado do imóvel.

Obs.: PL 4602/2004, apensado.

Regime de Tramitação: ordinária

Parecer do Relator, deputado Carlos Brandão, pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 4602/04, apensado.

PL 3994/2004**Autor: Carlos Nader (PL-RJ) [DEP]**

Ementa: fixa percentual de distribuição de moradias populares para servidores públicos.

Obs.: PL 4816/2005 e PL 5468/2005, apensados.

Regime de Tramitação: ordinária

Parecer do Relator, deputado Raul Henry, pela rejeição deste, do PL 4816/05 e PL 5468/05, apensados.

PL 7412/2006**Autor: Inácio Arruda**

Ementa: altera as Leis nºs 9.636, de 15 de maio de 1998, e 8.666, de 21 de junho de 1993, os Decretos-Leis nºs 271, de 28 de fevereiro de 1967, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 1.876, de 15 de julho de 1981, e as Leis nºs 11.124, de 16 de junho de 2005, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências.

Nota: prever medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União, e dá outras providências.

Obs.: PL 7529/2006 apensado.

Regime de Tramitação: prioridade

Parecer pela aprovação com substitutivo, do deputado João Leão.

PL 3517/2008**Autor:** Inácio Arruda

Ementa: altera as Leis nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e 8.666, de 21 de junho de 1993, os Decretos-Leis nºs 271, de 28 de fevereiro de 1967, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 1.876, de 15 de julho de 1981, e as Leis nºs 11.124, de 16 de junho de 2005, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: estabelece critérios para que os municípios delimites e determinem suas áreas de preservação e os parâmetros para uso e ocupação do solo urbano.

Regime de Tramitação: ordinária

Parecer do Relator, deputado Evandro Milhomem, pela aprovação, com substitutivo.

PL 3682/2008**Autor:** Otávio Leite (PSDB-RJ) [DEP]

Ementa: altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, estabelecendo diretriz sobre cômodo para empregados nas edificações residenciais multifamiliares, comerciais e de serviços.

Explicação da Ementa: assegura cômodos especialmente reservados para vestiário e eventual pernoite de porteiros e outros empregados ou prestadores de serviço, na forma da lei municipal.

Regime de Tramitação: ordinária

Parecer do Relator, deputado Gustavo Fruet, pela aprovação.

PLP 136/2007**Autor:** Marcondes Gadelha (PSB-PB) [DEP]

Ementa: autoriza os Estados a legislar sobre mobilidade urbana, a partir das diretrizes nacionais que estagbelece, conforme prevê o parágrafo único do art. 22 da Constituição Federal.

Regime de Tramitação: prioridade

Parecer do Relator, deputado Jackson Barreto, pela aprovação, com emenda.

REM 1/2005**Autor:** Sandro Mabel

Reclamação: PL 3.784/04

Emendas à Lei Orçamentária para 2009

Emendas Aprovadas pela CDU em 28/05/08 – LDO 2008

Emenda 1

Ementa: apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social – Meta 20 mil famílias beneficiadas – Programa 9991 – Habitação de Interesse Social.

Emenda 2

Ementa: apoio à Projetos de Corredores Estruturais de Transporte Coletivo Urbano – Meta 2 mil projetos apoiados – Programa 9989 – Mobilidade Urbana.

Emenda 3

Ementa: apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – Meta 5 mil projetos apoiados – Programa 0310 – Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano.

Emenda 4

Ementa: apoio a Projetos de Sistemas de Circulação Não-Motorizados – Meta 2 mil projetos apoiados – Programa 9989 – Mobilidade Urbana.

Emenda 5

Ementa: apoio à Projetos de Infra-Estrutura e Reabilitação de Áreas Urbanas de Capitais e Municípios de Regiões Metropolitanas, Meta 90 mil pessoas beneficiadas – Programa 1137 – Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais.

Emendas Aprovadas pela CDU em 13/11/08 – LOA (PL 38/2008 – CN)

EMENDAS DE APROPRIAÇÃO		
	EMENTA	VALOR
1	Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH – Lei nº 10.998, de 2004) – NACIONAL	400.000.000
2	CDU – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	200.000.000
3	CDU. Prevenção e Preparação para Desastres – NACIONAL	200.000.000
4	Estruturação dos Sistemas Nacional e Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Proágua) – NACIONAL	70.000.000
EMENDAS DE REMANEJAMENTO		
	EMENTA	VALOR
1	Apoio à Provisão Habitacional (Construção de Habitação Popular) – Produção ou Aquisição de Lotes urbanizados – NACIONAL	60.000.000
2	Cooperação para Capacitação e Assistência Técnica à Construção Civil para as Famílias de Baixa Renda – NACIONAL	7.000.000

Audiências Públicas

15/04/2008

Discutir o Plano Nacional de Habitação (PlanHab)

Requerimento Nº 42/2008

Autor: deputado Paulo Teixeira



J. Batista/Agência Câmara

Paulo Safady Simão presidente (CBIC), deputado Paulo Teixeira (PT-SP), presidente CDU Angela Amin (PP-SC), Inês da Silva Magalhães (Ministério das Cidades) e Nabil George Bonduki.

Discutiu a desoneração tributária das casas populares, a garantia de investimentos contínuos no setor de habitação e as construções sustentáveis.

Participaram do evento: deputado Arlindo Chinaglia – presidente da Câmara dos Deputados; Márcio Fortes de Almeida – ministro de Estado das Cidades; Inês da Silva Magalhães – secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades; Carlos Eduardo Marum – secretário de Habitação do Estado do Mato Grosso do Sul e coordenador do Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de Habitação; Nabil Georges Bonduki – professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo; Paulo Safady Simão – presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC; e entidades interessados no tema.

23/04/2008

Soluções para o Trânsito nas Metrôpoles Brasileiras**Requerimentos nº: 44/2008****Autora: deputada Angela Amin**

Elton Bomfim/Agência Câmara

Ministro das Cidades, Márcio Fortes, participa da Audiência Pública sobre trânsito, coordenada pela presidente Angela Amin (PP-SC).

Debateu e refletiu sobre temas relevantes à questão do trânsito nas metrôpoles; buscou aproximar a Câmara dos Deputados com entidades da sociedade civil, estimulando a discussão de políticas públicas e a participação na questão do transporte urbano e aprimorar e estimular a capacitação dos gestores públicos na busca por estratégias que possam influenciar positivamente a questão do trânsito nas metrôpoles.

Participaram do evento: Márcio Fortes de Almeida – ministro de Estado das Cidades, Luiz Carlos Bueno de Lima – secretário Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana; Joaquim Aragão – professor do Mestrado em Transportes da Universidade de Brasília; Newton Godoy – arquiteto e urbanista; Mônica Veríssimo – ambientalista presidente da Fundação de Sustentabilidade e Desenvolvimento; Alfredo Peres da Silva – diretor do Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN; Nazareno Affonso – representante da Associação Nacional de Transportes Públicos – ANTP; José Carlos Mello – especialista, vice-presidente da Gol.

18/06/2008

Financiamentos para construção de habitações de interesse social Requerimento nº 50/2008

Autor: deputada Angela Amin



Rodrigo Nunes/MCidades

Deputada Angela Amin preside audiência com participação do ministro das Cidades Márcio Fortes, Carlos Marun, presidente do Fórum Nacional de Secretários de Habitação.

Discutiu e encaminhou propostas que garantam a vinculação de recursos nos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para financiar a construção de habitações de interesse social. As discussões e encaminhamentos havidos no âmbito dessa Audiência deu origem à Proposta de Emenda Constitucional nº 285, de 2008

Participaram do evento: Márcio Fortes, ministro das Cidades; Carlos Marun, presidente do Fórum Nacional de Secretários de Habitação e Desenvolvimento Urbano; Paulo Safady Simão, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC); Antônio de Sousa Ramalho, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de São Paulo (SINTRACON-SP); Nabil Georges Bonduki, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo; Fórum Nacional pela Reforma Urbana – FNRU: Germana Pires Coriolano; Central dos Movimentos Populares – CMP: Luiz Gonzaga da Silva; Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM – Bartíria Lima da Costa; Movimento Nacional de Luta por Moradia – MNLM: Antônio José de Araújo e União Nacional por Moradia Popular – UNMP: Donizete Fernandes.

09/07/2008

Realização Periódica de Perícia em Edificações e outras Construções Requerimento nº 53/2008

Autor: deputado Zezéu Ribeiro



Edson Santos/AC

Deputado Zezéu Ribeiro (PT-BA) preside Audiência Pública com a presença do ministro das Cidades, Márcio Fortes e representantes do setor.

Discutiu o Projeto de Lei nº 2527/2007, que acrescenta dispositivos ao Código Civil para que as edificações e outras construções sejam obrigadas a realizar perícias periódicas visando manter a segurança de moradores e frequentadores.

Participaram do evento: Maria Beatriz Corrêa Salles – coordenadora Geral de Assuntos Jurídicos do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça; Marcos Túlio de Melo – presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia; Olimpio Alves dos Santos – presidente da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros – FISENGE; João Virmond Suplicy Neto – presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB; Gilson Paranhos – vice-Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil em Brasília-DF; Angelo Marcos Vieira de Arruda – presidente da Federação Nacional dos Arquitetos – FNA; Mariana Tavares – secretária de Direito Econômico do Ministério da Justiça; Maria Beatriz Corrêa Salles – coordenadora Geral de Assuntos Jurídicos do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça e deputado Silvio Lopes – autor do Projeto de Lei nº 2527/2007.

18/11/2008

Ações do Governo Federal em Razão da Copa do Mundo de Futebol de 2014

Requerimento nº 61, de 2008

Autor: deputado Zezéu Ribeiro



Ivaldo Cavalcanti/AC

Deputados Evandro Milhomen (PCdoB-AP) e Zezéu Ribeiro (PT-BA) coordenam Audiência Pública sobre Preparativos da Copa do Mundo.

Debateu e discutiu as ações do Governo Federal em razão da Copa do Mundo de Futebol em 2014 que será realizada no Brasil, notadamente a política urbana, investimentos em infra-estrutura e as interações com os Governos Estaduais, Municipais e Organizações da Sociedade Civil.

Participaram do evento: representante do Ministério das Cidades; representante do Ministério do Esporte; representante do Ministério do Turismo; deputado Albano Franco – presidente da Comissão de Turismo e Desporto e Milton Vasconcelos – secretário de Trabalho, Renda e Esporte do Estado da Bahia.

26/11/2008

Registro de Posse no Cartório de Títulos e Documentos junto aos Moradores das Comunidades Carentes

Requerimento nº 57/2008

Autor: deputado Filipe Pereira



Jorge Campos/AC

Presidente da CDU, deputada Angela Amin (PP-SC) na audiência requerida pelo deputado Filipe Pereira (PS-RJ).

Debateu a questão envolvendo o registro de posse no Cartório de Títulos e Documentos junto aos moradores das comunidades carentes.

Participaram do evento: Durval Hale – titular do Cartório do 5º Ofício de Títulos e Documentos da Comarca da Capital – Rio de Janeiro; Sônia Maria Andrade dos Santos – titular do Cartório do 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca do Rio de Janeiro; Maria Lúcia de Pontes – defensora pública do Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro; Alberto Paranhos – senior officer Regional for Latin America and the Caribbean(ROLAC); Roberto Maggessi Sousa Filho – diretor do Conselho de Cidadania do Alto da Boa Vista – membro do Conselho Popular da Cidade do Rio de Janeiro; Eli-sete da Silva Napoleão – membro da Associação de Moradores do Morro do Cantagalo – membro do Conselho de Liderança Comunitária; Luiz Antonio Pereira Lopes – coordenador arquidiocesano

da Pastoral de Favelas – cônego cabido metropolitano da Arquidiocese do Rio de Janeiro – vigário episcopal do Vicariato da Leopoldina; Gilson Alves de Jesus – membro da Comissão de Moradores da Vila Turismo – professor de Geografia da Escola Municipal Pedro Cavalcante; Nilton Gomes Pereira – membro da Comunidade do Complexo do Alemão – Integrante do Conselho Popular; Renato dos Santos – membro da Comunidade do Complexo do Alemão; Patrícia Evangelista da Silva – secretária executiva do Fórum Comunitário – Gerência do Censo Comunitário de Manguinhos.

03/12/2008

Impacto da Crise do Sistema Financeiro Internacional nas Obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

Audiência Pública conjunta com a participação das Comissões da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, da Comissão de Desenvolvimento Urbano, da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e da Comissão de Viação e Transportes.

Requerimento nº: 62/2008

Autor: deputado Zezéu Ribeiro

Expositora: Sra. Dilma Rousseff, ministra-chefe da Casa Civil



Jorge Campos/AC

Presidente da CDU, deputada Angela Amin (PP-SC) na Audiência Pública com a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff.

Seminários e Outros Eventos

22/04/08

Visita diplomática Oficial da presidente da Assembléia Nacional da República da África do Sul e de membros da Comissão de Desenvolvimento Social da Assembléia Nacional sul-africana



Presidente da CDU Angela Amin recebe presidente da Assembléia Nacional da África do Sul.

O encontro teve como objetivo a troca de informações entre os parlamentares brasileiros e sul-africanos, com vistas a estabelecer relações de cooperação mais estreitas com o Poder Legislativo brasileiro e discutir problemas comuns aos dois países.

Estiveram presentes a Presidente da CDU, deputada Ângela Amin, e os deputados José Airton Cirilo (PT-CE), Lázaro Botelho (PP-TO), Luiz Carlos Busato (PTB-RS) e Fernando Chucre (PSDB-SP), membros da CDU, além do deputado Vander Loubert (PT-MG), vice-presidente da Comissão de Minas e Energia.

21/05/08

Seminário sobre o Projeto de Lei nº 3057, de 2000 – a Nova Lei de Responsabilidade Territorial, promovido pelo Ministério das Cidades com a participação de membros da CDU

O Seminário discutiu a regularização fundiária e o PL 3057/00.

Compareceram o ministro Herman Benjamin – do STJ; a Sra. Inês Magalhães – secretária Nacional de Habitação; o Sr. Benny Schasberg – secretário Nacional de Programas Urbanos; a deputada Ângela Amin – presidente da CDU; os deputados Zezéu Ribeiro, Renato Amary, Paulo Teixeira; representantes do Comitê de Habitação e do Comitê de Planejamento e Gestão do Solo Urbano; o Sr. Celso Santos Carvalho – diretor do Departamento de Assuntos Fundiários Urbanos/SNPU; os Srs. Nelson Saule, coordenador do Instituto Pólis; Nabil Bonduki – professor da USP; Caio Portugal – SECOVI; o deputado Fernando Chucre; o Sr. Clarismino Luiz Pereira – presidente da ANAMA; A Sra. Paula Ravanelli – da SRI/PR; o Sr. Evilásio Faria – prefeito de Taboão da Serra – SP; Lair Alberto – secretário de Habitação – SP.

25/06/08

Concurso Nacional de Idéias para Estudantes de Arquitetura e Urbanismo em Construção Sustentável na Administração Pública



Em parceria com o Ecocâmara (Núcleo de Gestão Ambiental da Câmara dos Deputados) e a Comissão de Meio Ambiente.

16/07//08

Lançamento do Edital e Regulamento do Concurso Selo Cidade Cidadã

28/05/08

Instalação das Subcomissões Permanentes da CDU

Foram eleitos os seguintes presidentes: para a Subcomissão Permanente de Habitação, deputado Carlos Brandão (PSDB-MA); para a Subcomissão Permanente do Saneamento, deputado Chico Abreu (PR-GO); para a Subcomissão Permanente de Mobilidade Urbana e Transporte, o deputado Luiz Carlos Busato (PTB-RS); para a Subcomissão Especial de Ordenamento Territorial e Regiões Metropolitanas; deputado Zezéu Ribeiro (PT-BA) e para a Subcomissão Especial de Acompanhamento das Obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), deputado Filipe Pereira (PSC-RJ).

12/08/08

Colóquio: Habitação de Interesse Social (PEC 285/05)

Gilberto Nascimento/AC

Presidente da CDU, Angela Amin com o ministro das Cidades, Márcio Fortes.

O evento discutiu propostas que possibilitem o acesso à habitação para pessoas de baixa renda. O debate culminou na apresentação da PEC 285/08, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para dispor sobre a vinculação de recursos orçamentários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aos respectivos Fundos de Habitação de Interesse Social.

Estiveram presentes a deputada Angela Amin – presidente da CDU; José Múcio Monteiro – ministro das Relações Institucionais e Secretário Executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES); Márcio Fortes – ministro das Cidades; Maria Fernanda Ramos Coelho – presidente da Caixa Econômica Federal (a confirmar); Fernando Chucre – deputado federal, membro da Comissão de Desenvolvimento Urbano; Paulo Teixeira – deputado federal, membro da Comissão de Desenvolvimento Urbano; os Srs. Paulo Godoy – presidente da Associação Brasileira da Infra-estrutura e Indústria de Base (ABDIB) e coordenador do Grupo de Trabalho Agenda da Infra-estrutura para o Desenvolvimento; Inês Magalhães – secretária Nacional de Habitação do Ministério das

Cidades; Paulo Safady Simão – presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBNIC e conselheiro do CDES; Gabriel Jorge Ferreira – presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF e conselheiro do CDES; Carlos Marun – secretário de Estado de Habitação do Estado do Mato Grosso do Sul e presidente do Fórum Nacional de Secretários de Habitação e Desenvolvimento Urbano; Bernadete Maria Pinheiro Coury – superintendente Nacional de Habitação da Caixa Econômica Federal; Evaniza Rodrigues – representante dos Movimentos Sociais de Luta pela Moradia.

9ª Conferência das Cidades



Deputada Angela Amin (PP-SC) preside a 9ª Conferência das Cidades, que debateu sustentabilidade e premiou vencedores do Selo Cidade Cidadã 2008.

Nos últimos nove anos, a Comissão de Desenvolvimento Urbano vem realizando com sucesso o evento denominado *Conferência das Cidades*. Desde 1999, ela vem-se incorporando à própria estrutura de eventos e de ações políticas da Câmara dos Deputados, contribuindo para a consolidação desse espaço institucional como um importante instrumento de interlocução e de defesa das ações voltadas ao desenvolvimento urbano no País.

Esse sucesso deve-se ao fato de que a Conferência das Cidades constitui importante canal de participação social e já se consolidou na agenda nacional como o espaço anual de debate das grandes questões urbanas, contando com a participação dos cidadãos e dos principais agentes interessados no desenvolvimento urbano do País – como prefeitos, parlamentares, representantes da sociedade organizada, acadêmicos, especialistas em urbanismo e estudantes .

Neste ano, a Conferência ocorreu entre os dias 11 e 12 de novembro e teve como tema a ***Sustentabilidade nas Cidades Brasileiras***. Participaram do evento, como expositores, doze renomados especialistas no assunto, entre eles o Yogi Goswami, professor da

Universidade da Flórida e uma das maiores autoridades do mundo em energia alternativa.

Além dos especialistas acima referidos, também prestigiaram esta edição da Conferência inúmeros gestores públicos que lidam diariamente com a questão urbana, estudantes, parlamentares e a sociedade interessada no tema. Ao todo, o evento recebeu oitocentas e quarenta e duas inscrições via sistema Sieven, além do público que assistiu às palestras sem ter efetuado a inscrição formal. Portanto, estima-se que quase mil pessoas passaram pelo Auditório Nereu Ramos nos dois dias em que a 9ª edição da Conferência das Cidades foi realizada.

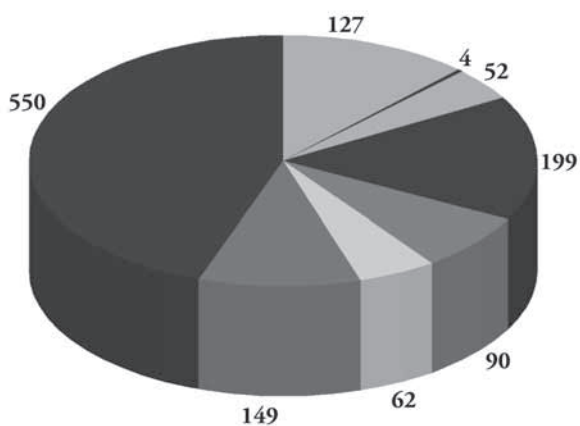
Motivou a escolha do tema deste ano os desafios impostos à humanidade com o fenômeno do aquecimento global, da escassez dos recursos naturais, do desmatamento de áreas verdes e do crescimento vertiginoso e cada vez mais desordenado das cidades.

Tais problemas evidenciam a necessidade de adaptação ou mesmo de adoção de outros paradigmas, sejam eles no campo político, econômico ou social, de sorte que o planejamento, a gestão e a ocupação dos espaços urbanos sejam feitos de forma sustentável.

Nessa perspectiva, a Sustentabilidade nas Cidades Brasileiras é um tema que se impõe na atualidade, pois não é possível dissociar a questão urbana do desenvolvimento sustentável, vez que dessa interação depende a construção de cidades mais justas, includentes e que ofereçam qualidade de vida a seus habitantes.

A melhoria da qualidade do ambiente urbano, portanto, deve ser perseguida por todos: governos, entes privados, organismos não-governamentais e cidadãos. Assim, esta edição da Conferência das Cidades reuniu e trocou experiências, identificou alternativas e enfrentou o atual panorama de problemas sociais e ambientais que se propagam em muitas cidades brasileiras, prestando, dessa forma, uma importante contribuição para o aprofundamento dos debates em torno de tema tão relevante na atualidade.

Distribuição do Público Inscrito na 9ª Conferência das Cidades



- Outros (550)
- Prefeitos (127)
- Representantes de Movimentos Sociais (4)
- Advogados (52)
- Arquitetos e Engenheiros (199)
- Secretários de Desenvolvimento Urbano (90)
- Vereadores (62)
- Estudantes (149)

Programação

Sustentabilidade nas Cidades Brasileiras

11 e 12 de novembro de 2008 – Auditório Nereu Ramos
Câmara dos Deputados, Brasília

Público Alvo: parlamentares, governadores, prefeitos, gestores, técnicos e servidores dos estados e municípios, conselheiros das cidades, representantes dos órgãos públicos e da sociedade civil organizada.

Objetivo: debater e refletir sobre temas relevantes à política e estratégias para sustentabilidade das cidades.

11/11/08

Mesa de Abertura: autoridades parlamentares ligadas às questões da sustentabilidade

Palestra de abertura: Sustentabilidade – O Novo Paradigma Mundial

Professora Ignacy Sachs – Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais da França – EHESS

1º Painel

Cidade Sustentável

Tema: Mobilidade Urbana – Alternativas de Transportes
Professor Juan Pedro Moreno Delgado – Universidade do Estado da Bahia

Tema: Habitação

Evaniza Rodrigues – Fórum Nacional pela Reforma Urbana

Tema: Revitalização, Arborização Urbana e Parques
Professor Luiz Alberto de Campos Gouvêa – Universidade de Brasília

Tema: Drenagem Urbana

Professor Ademir Paceli Barbassa – Universidade Federal de São Carlos

Tema: Energia Renovável e Sustentabilidade

Professor Sérgio Colle – Universidade Federal de Santa Catarina

12/11/08

Palestra de abertura: O Futuro da Energia no Planeta
Professor Yogi Goswami – Universidade da Flórida

2º Painel

Planos de Saneamento e Gerenciamento de Resíduos

Tema: Políticas de Saneamento e Regulação da Lei
Silvano Silvério da Costa – Ministério do Meio Ambiente

Tema: Resíduos Sólidos
Professor Arlindo Philippi Jr. – Faculdade de Saúde Pública da USP

3º Painel

Ordenamento Territorial Urbano

Tema: Valoração do Solo Urbano
Professor Nelson Saule Júnior – Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico

Tema: Plano Diretor
Prefeito João Coser – Frente Nacional de Prefeitos

Tema: Desafios dos Instrumentos de Gestão Urbana
Diana Meirelles da Motta – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Entrega do Prêmio Selo Cidade Cidadã – 4ª Edição Encerramento

Concurso Público Selo Cidade Cidadã – 4ª Edição



O Concurso Público Selo Cidade Cidadã foi instituído pela Resolução nº 11, de 2003, cujo objetivo é premiar, anualmente, municípios que se destacaram no implemento de políticas públicas que tenham como fundamento a gestão democrática das cidades, com inclusão social e com a promoção contínua da cidadania. Assim, o certame visa selecionar as iniciativas e as ações já implementadas ou em fase de implantação nos municípios brasileiros e com resultados concretos para a melhoria das condições de vida de seus habitantes.

Nesta quarta edição do Selo Cidade Cidadã, foram aceitas iniciativas nas seguintes áreas: edificação sustentável; planejamento urbano sustentável; gestão sustentável de resíduos; transporte urbano sustentável; educação e saúde; geração de renda e de empregos e recuperação de áreas degradadas. Buscou-se compatibilizar o Selo Cidade Cidadã com o tema da 9ª Conferência das Cidades, que ano debateu a "Sustentabilidade das Cidades Brasileiras".

Este ano, o certame contou com a inscrição de 60 projetos, de 47 cidades brasileiras. Para concorrer ao prêmio Selo Cidade Cidadã, o município inscrito elegeu ações e os instrumentos mais significativos de aplicabilidade dentro de sua realidade territorial e de importância social. Puderam participar do referido certame, os municípios com projetos concluídos nos últimos quatro anos ou que estivessem em andamento há pelo menos seis meses, e que tenham como propósito aprimorar a qualidade de vida da população.

A avaliação dos projetos concorrentes considerou os seguintes critérios:

- **relevância** – avaliou se a implementação do instrumento e/ou ação trouxe benefícios perceptíveis à cidade e à comunidade, demonstrados por meio de evidências de melhoria na condição de vida dos habitantes do Município;
- **inovação** – avaliou se o instrumento e/ou ação apresenta uma nova forma de trabalho ou aborda de maneira criativa um problema enfrentado pelo Município;
- **efetividade** – avaliou se o instrumento e/ou ação demonstra o uso responsável e sustentável, de forma eficiente e eficaz, dos recursos econômicos, sociais e ambientais disponíveis, garantindo sua continuidade no tempo;
- **inclusão social** – avaliou se o instrumento e/ou ação reconhece e responde às diversidades social e cultural, promovendo a igualdade e equidade social.

Para compor a comissão julgadora a CDU contou com a colaboração de técnicos com larga experiência profissional, a saber: a professora **Sueli Corrêa de Faria**, uma *expert* em gestão ambiental urbana; o urbanista e ator ativo no movimento pela reforma urbana **Antônio Meneses Júnior**, servidor do Ministério das Cidades; a consultora legislativa da Câmara dos Deputados **Roseli Senna Ganem**, que atua nas áreas de meio ambiente e de desenvolvimento urbano; **Marcos Bandini**, gerente de projeto no Ministério do meio Ambiente, que tem atuação expressiva no departamento de ambiente urbano do ministério; e o professor de urbanismo **Luiz Alberto de Campos Gouvêa**, que representou a Universidade de Brasília (UNB).

A participação no concurso se deu em duas categorias populacionais: até 100 mil habitantes e acima de 100 mil habitantes. Foram selecionados três municípios em cada modalidade populacional.

Os prêmios foram entregues, em cerimônia realizada imediatamente após o encerramento da 9ª Conferência das Cidades, no dia 12 de novembro do corrente ano. Os vencedores foram:

Categoria até 100 mil habitantes:

- **Marechal Cândido Rondon (Paraná)** – com projeto na subcategoria gestão sustentável de resíduos. O prêmio foi recebido pelo secretário municipal Arlen Alberto Güttges.
- **Penápolis (São Paulo)** – com projeto na subcategoria recuperação de áreas degradadas. O Selo foi entregue ao prefeito João Luiz dos Santos.
- **Santana de Parnaíba (São Paulo)** – com projeto na subcategoria educação e saúde. A secretária municipal de Turismo e Cultura, Miriam Farcic recebeu o prêmio.

Categoria acima de 100 mil habitantes:

- **Belo Horizonte (Minas Gerais)** – com projeto na subcategoria recuperação de áreas degradadas. O troféu Selo Cidade Cidadã foi recebido pelo vice-prefeito da capital mineira, Ronaldo Vasconcellos.
- **Campo Grande (Mato Grosso do Sul)** – com projeto na subcategoria gestão sustentável de resíduos. O prêmio foi recebido pelo prefeito Nelson Trad Filho.
- **Maringá (Paraná)** – com projeto na subcategoria educação e saúde. O Selo foi recebido pelo prefeito Sílvio Magalhães Barros.

Os vencedores, além da premiação recebida, terão o direito de uso da marca oficial Selo Cidade Cidadã – 2008, que a prefeitura poderá utilizar na identidade visual do município pelo prazo de um ano a partir da data da premiação.

Destaques de 2008 da Publicação Cidade em Pauta

MARÇO: deputada Angela Amin (PP/SC) é eleita presidente da CDU. Membros elegem os três vice-presidentes da comissão: deputados Filipe Pereira (PSC/RJ), Evandro Milhomen (PCdoB/AP) e Moisés Avelino (PMDB-TO). **Concurso premiará idéias sobre arquitetura sustentável:** O presidente da Câmara assina acordo de cooperação com o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) para a realização do Concurso Nacional de Idéias para estudantes de Arquitetura e Urbanismo sobre o tema "Sustentabilidade em Edificações Públicas". O concurso teve apoio das Comissões de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e do EcoCâmara.

ABRIL: Comissão aprova Audiência Pública para discutir trânsito: A CDU aprova requerimento da presidente Angela Amin para realização de Audiência Pública com o tema: "Soluções para o Trânsito nas Metrôpoles". **Sustentabilidade será tema da 9ª Conferência das Cidades** – Aprovado Requerimento da presidente Angela Amin para realização da conferência/2008 que debaterá a sustentabilidade nas cidades brasileiras. **Audiência Pública vai debater Plano Nacional de Habitação** – A presidente da CDU, deputada Angela Amin destaca em entrevista as dificuldades do setor habitacional e carências do planejamento urbano nos municípios brasileiros. **Audiência debateu PlanHab e déficit habitacional** – Os especialistas convidados deram ênfase à desoneração tributária das casas populares, a garantia de investimentos contínuos no setor de habitação e a necessidade de construções sustentáveis – temas prioritários para discussão do plano de autoria do Executivo.

MAIO: transporte coletivo é solução para o problema do trânsito. O ministro das Cidades, Márcio Fortes participou da Audiência Pública coordenada pela deputada Angela Amin. Planejamento e investimentos em transporte coletivo são fundamentais

para solucionar o problema do trânsito no país. Foi o que concluíram os participantes da Audiência Pública que debateu os problemas do trânsito nas metrópoles e reuniu representantes do governo e especialistas do setor. **CDU vai debater financiamento de moradia popular** – Destaque para a realização de Audiência Pública para debater e encaminhar propostas para o financiamento e a construção de habitações de interesse social a partir de recursos da União, Estados e Municípios. **CDU rejeita fragmentação de FNHIS** – A publicação destaca a decisão dos membros do colegiado de rejeitar o PL 2.401/07 que institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento dos Municípios de Pequeno Porte.

JUNHO: deputados deliberam sugestões de emendas à LDO – A edição abordou a reunião dos parlamentares sobre as sugestões de emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício do ano de 2009. **Audiência vai debater expansão urbana da Amazônia** – A matéria principal trata sobre a proposta de realização de Audiência Pública conjunta das Comissões da Amazônia e Integração Nacional e de Desenvolvimento Urbano e Integração Nacional sobre a "Expansão Urbana X Meio Ambiente". **CDU lançará 4ª edição do Concurso Selo Cidade Cidadã** – Esta publicação destacou a realização do concurso anual promovido pela CDU e que premiaria em 2008 os municípios que se destacaram no "Implemento de Políticas de Desenvolvimento Sustentável". Além disso, anunciou que a premiação seria feita no encerramento da 9ª Conferência das Cidades.

JULHO: "PEC da moradia popular" é debatida em audiência – Divulgação da audiência requerida pela deputada Angela Amin (PP/SC), que reuniu o Ministro das Cidades, Márcio Fortes, parlamentares e representantes de movimentos sociais, para debater e encaminhar propostas para financiamento e construção de habitações de interesse social a partir de recursos dos orçamentos federais, estaduais e municipais, como forma de resolver o problema do déficit habitacional do País – que chega a 8 milhões de unidades. A Audiência também debateu a Proposta de Emenda

Constitucional (PEC), que obriga o governo a destinar no mínimo 2% da arrecadação de impostos à área habitacional por 30 anos ou até a eliminação do déficit existente. **Angela Amim defende sustentabilidade no transporte público** – Edição com entrevista concedida pela deputada Angela Amin ao site do Partido Progressista (PP). A presidente fala sobre a experiência de participar no mês de junho, em missão oficial, do Congresso Mundial de Cidades para Mobilidade, em Stuttgart, na Alemanha, que reuniu especialistas de 40 países para discutir cinco temas principais: transporte público como elemento para mobilidade urbana sustentável; transporte individual movido a energias renováveis; qualidade do ar; gerenciamento da mobilidade em grandes eventos e alternativas de locomoção não motorizadas. **Comissão discutiu obrigatoriedade de perícia em edificações** – No dia 9 de julho a Comissão promoveu Audiência Pública para discutir o Projeto de Lei 2.526/07, que acrescenta dispositivos ao Código Civil para obrigar a realização periódica de perícia em edificações e construções consideráveis. A matéria informa que o debate foi proposto por Requerimento de autoria do deputado Zezéu Ribeiro (PT/BA). O parlamentar, que também é relator do projeto, manifestou preocupação em ouvir todos os envolvidos na questão pois, segundo ele, a proposição repercute no código de defesa do consumidor, no exercício profissional e na segurança do cidadão.

AGOSTO: 9ª Conferência das Cidades trará especialistas internacionais – O jornal trouxe matéria para divulgar detalhes da programação da 9ª Conferência das Cidades e o tema escolhido para 2008: "Sustentabilidade nas Cidades Brasileiras". O texto mostrou o perfil dos palestrantes nacionais e internacionais e destacou a presença dos cientistas estrangeiros Ignacy Sachs e Yogi Goswami como principais especialistas sobre "Sustentabilidade e o Futuro da Energia no Planeta". **CDU entrega PEC da Habitação de Interesse Social** – O informativo traz a cobertura do Seminário "Colóquio sobre Habitação de Interesse Social", que contou com a participação do ministro das Cidades, Márcio Fortes, representantes do setor e lideranças dos movimentos sociais. A matéria também informa que a PEC 285/08, que vincula recursos para financiar a

construção e compra de habitação de interesse social, foi debatida no Seminário e entregue pela comissão à presidência da Câmara no dia 12, no encerramento do Colóquio.

OUTUBRO: Angela Amin faz balanço dos trabalhos da CDU – Cidade em pauta publicou foto e nota sobre o discurso feito pela presidente da comissão, deputada Angela Amin, no Plenário da Câmara sobre as atividades da comissão no primeiro semestre de 2008. No balanço a presidente informou que priorizou debates de temas como mobilidade urbana, habitação e desenvolvimento. Angela Amin informou ainda o número de projetos e requerimentos votados e fez um resumo do Seminário e das Audiência Públicas realizadas pelo colegiado. **Sustentabilidade: tema da 9ª Conferência das Cidades** – O principal evento da CDU volta a ser manchete no Informativo, desta vez com a confirmação dos dias 11 e 12 de novembro para a realização da Conferência. Os vencedores em cada categoria da 4ª edição do Selo Cidade Cidadã também ganharam espaço na primeira página. **CDU divulga vencedores do Selo Cidade Cidadã.**

NOVEMBRO: 9ª Conferência das Cidades encerra com a entrega do prêmio Selo Cidade Cidadã – Esta edição trouxe um resumo da abertura do primeiro dia de debates da Conferência e da entrega do troféu aos municípios vencedores. Políticas de energia renovável, resíduos sólidos e ordenamento territorial urbano foram apontados pelos especialistas, como solução para a sustentabilidade das cidades brasileiras. O informativo também divulgou a Audiência Pública que debateu os preparativos da Copa do Mundo de 2014, por iniciativa do deputado Zezéu Ribeiro (PT/BA).

DEZEMBRO: Registro de Posse pode ser estendido a todo o País – A penúltima publicação do ano deu ampla cobertura à realização da Audiência Pública requerida pelo deputado Filipe Pereira (PSC/RJ) e que teve como foco debater o "Registro de Posse no Cartório de Títulos e Documentos junto aos Moradores das Comunidades Carentes". No final da Audiência o deputado sugeriu que seja estendida a todo o País uma experiência bem-sucedida de

registro gratuito de posse de moradias em comunidades carentes do Rio de Janeiro, como Cantagalo, Pavão e Pavãozinho. **9ª Conferência das Cidades** – A última edição do ano foi totalmente dedicada à divulgação de conteúdo especial sobre a Conferência das Cidades e a entrega do prêmio Selo Cidade Cidadã – As matérias foram impressas em seis páginas com fotos dos melhores momentos dos debates que tiveram a participação de mais de 700 pessoas no auditório Nereu Ramos. A publicação teve tiragem de mil exemplares, distribuída entre os membros da comissão, na última Reunião Ordinária do ano, além do envio pelos Correios para entidades e autoridades de todo o país. O jornal *Cidade em Pauta* cumpre, assim, o seu maior objetivo: divulgar o trabalho e as ações da Comissão de Desenvolvimento Urbano.

Divulgação das atividades pela Assessoria de Imprensa

Cidade em Pauta ganha cor e cara nova

Em 2008 o jornal *Cidade em Pauta*, um dos principais veículos de divulgação das ações da CDU, deixou o antigo formato preto e branco e passou a ser editado em versão colorida. O novo Informativo, viabilizado por meio de parceria da Comissão e da Gráfica da Câmara, ganhou qualidade editorial com o conteúdo dos textos e impressão colorida. O informativo ganhou "cara nova", passou a ser mais fácil e agradável de ler, o que, sem dúvida, contribuiu para melhorar a divulgação das atividades da Comissão.

Outra novidade do *Cidade em Pauta* foi o aumento da tiragem que passou a ser de mil exemplares por edição, o que possibilitou o envio de mais de 900 exemplares por mala direta. Além da distribuição aos parlamentares membros, o Informativo é também enviado a autoridades nas esferas municipal, estadual e federal, bem como a entidades e representantes da Sociedade Civil que atuam na área de Desenvolvimento Urbano.

Publicadas entre março e dezembro, as matérias e entrevistas deram destaque às ações mais relevantes da CDU com ampla cobertura do resultado das Reuniões Ordinárias, Audiências Públicas, Seminários e eventos realizados ao longo do ano. A periodicidade foi praticamente semanal durante o ano. O Informativo deixou de circular apenas no período de recesso das atividades do Parlamento, que antecedeu o primeiro e o segundo turno das eleições municipais de 2008.

As atribuições da Comissão de Desenvolvimento Urbano, que envolvem o debate e a votação de projetos em tramitação, bem como a realização de audiências públicas, seminários e outros eventos como a Conferência das Cidades e o Concurso Selo Cidade Cidadã, ganharam maior visibilidade em razão das mudanças implementadas na Assessoria de Imprensa, por iniciativa da deputada Angela Amin, que presidiu o colegiado em 2008. A elaboração das edições ficou a cargo da assessora de imprensa da CDU, jornalista Márcia Coser e dos estagiários Diane Lourenço e Felipe Pereira, sob supervisão de Rubens Ribeiro.

Portal Eletrônico da Comissão:

www2.camara.gov.br/internet/comissoes/permanentes/cdu

Atualizado diariamente, o **portal eletrônico da comissão** recebeu maior destaque após a reformulação e criação da **identidade visual** que definiu um padrão de divulgação das ações e assuntos voltados para o campo de atuação da CDU. Dentro do site é possível encontrar todas as edições do **jornal Cidade em Pauta**; um **clipping eletrônico** com destaque para reportagens da Agência Rádio e TV Câmara voltados para a nossa temática; os **arquivos multimídia** das Reuniões Ordinárias, de Audiências Públicas e demais eventos realizados pela Comissão.

Breves Considerações sobre Processo Legislativo

ASSUNTO	CONSIDERAÇÕES
PROCESSO LEGISLATIVO	Conjunto de ações realizadas pelos órgãos do Poder Legislativo com o objetivo de proceder à elaboração das leis sejam elas constitucionais, complementares e ordinárias bem como as resoluções e decretos legislativos.
COMISSÕES PERMANENTES	São as integrantes da estrutura institucional da Casa, participando do processo de elaboração de normas legais, mediante exame e deliberação acerca das proposições a elas submetidas. Exercem, ainda, dentro de suas respectivas áreas, o acompanhamento dos planos e programas governamentais e a fiscalização orçamentária da União.
COMPETÊNCIA DAS COMISSÕES	Estão disciplinadas na Constituição Federal, no Regimento Interno da Câmara e em outros instrumentos normativos tais como Regulamentos, Resoluções, etc. Dentro de sua área de competência, cada Comissão exerce papel fundamental na análise, discussão e votação das matérias a elas pertinentes. A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação e a Comissão de Finanças e Tributação, no entanto, desempenham papel singular no andamento das proposições, uma vez que seus pareceres podem influir definitivamente no rumo da tramitação das propostas. São os chamados pareceres terminativos.
COMISSÕES TEMPORÁRIAS	São as criadas para apreciar determinado assunto, extinguindo-se ao término da legislatura, quando alcançada sua finalidade ou expirado seu prazo de duração. Podem ser Especial, Parlamentar de Inquérito ou Externa.
COMISSÃO ESPECIAL	Destina-se a emitir parecer sobre: – proposição que verse sobre matéria de competência de mais de três Comissões Permanentes que devam pronunciar-se quanto ao mérito; – proposta de emenda à Constituição; – projeto de código; – projeto de reforma do Regimento Interno; – denúncia por crime de responsabilidade do Presidente e do Vice-Presidente da República e de Ministro de Estado.
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI)	A CPI funciona por prazo certo e destina-se à apuração de fato determinado de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do País. Tem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.
COMISSÃO EXTERNA	É a instituída pelo Presidente para representar, temporariamente, a Câmara dos Deputados em qualquer local do País ou do exterior onde a Câmara dos Deputados deva estar presente.
COMISSÃO MISTA	A Comissão Mista, como o próprio nome sugere, é a composta de deputados e senadores.
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO	Entre outras funções, aprecia os projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos créditos adicionais (Resolução no 1, de 2001, do Congresso Nacional).
COMISSÃO MISTA DO MERCOSUL	A Comissão Mista do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) destina-se a acompanhar o Acordo Internacional de Integração Econômica da América Latina, assinado pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, que permitirá, entre outras medidas, a livre circulação de bens e serviços entre os países conveniados.

ASSUNTO	CONSIDERAÇÕES
COMISSÃO REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL	Durante o recesso parlamentar, funciona uma Comissão composta por Senadores e deputados, eleitos antes do recesso. A ela compete, nesse período, zelar pelo cumprimento das prerrogativas e da competência legislativa do Congresso (Resolução nº 3, de 1990, do Congresso Nacional).
REUNIÕES E TRABALHOS	As Comissões se reúnem, ordinariamente, de terça a quinta-feira, a partir das nove horas, ressalvadas as convocações de Comissão Parlamentar de Inquérito para reuniões que se realizarem fora de Brasília. Os trabalhos das Comissões (pauta de reuniões e avisos para recebimento de emendas e destaques) são divulgados por meio de uma publicação denominada Ordem do Dia das Comissões, distribuída em avulsos, pela Intranet da rede interna de computadores e nos painéis localizados nas entradas do Edifício Anexo II. O horário das reuniões das Comissões não pode coincidir com o da Ordem do Dia da sessão da Câmara dos Deputados ou do Congresso Nacional, que se realizam no Plenário Ulysses Guimarães. Nos trabalhos das Comissões, diferentemente do que ocorre no Plenário, os deputados, além de poderem oferecer proposições, discutir e votar, atuam como Relatores, mediante designação de seu Presidente, que distribui as matérias entre eles. O andamento das reuniões das Comissões difere do andamento da sessão do Plenário. O art. 50 do Regimento Interno disciplina o transcorrer das reuniões, com a ressalva de que aquela ordem poderá ser alterada a requerimento de seus membros, nos termos do § 1º do citado dispositivo.

Para informações mais detalhadas sobre o Processo Legislativo : www.camara.gov.br

Considerações Finais

A transparência e a importância dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Desenvolvimento Urbano ficam evidenciadas no presente relatório, notadamente na quantidade de propostas legislativas que buscam propiciar melhores condições de vida nas cidades brasileiras.

Nesse contexto, é oportuno destacar a realização da Audiência Pública do dia 18 de junho de 2008, objeto do Requerimento nº 50. Nessa reunião, discutiu-se meios concretos para garantir a vinculação de recursos nos Orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios para financiar a construção de habitações de interesse social.

Nessa mesma linha, e para avançar mais ainda nas discussões iniciadas na Audiência do dia 18 de junho, a Comissão de Desenvolvimento Urbano, em um esforço conjunto com os representantes do Governo Federal, dos Secretários Estaduais de Habitação, Presidentes das Companhias de Habitação dos Estados, empresários da construção civil e representantes dos movimentos sociais realizou, no dia 12 de agosto, o Seminário intitulado "Colóquio sobre Habitação de Interesse Social".

O resultado desse encontro foi extremamente positivo, pois a partir das discussões e encaminhamentos ocorridos no âmbito dele foram apresentadas duas propostas para resolver o déficit habitacional brasileiro: **O Plano Nacional de Habitação**, desenvolvido pelo governo, e uma Proposta de Emenda à Constituição (**PEC 285/08**), assinada pelos membros da Comissão de Desenvolvimento Urbano e vários outros Parlamentares da Casa. A PEC,

encaminhada no mesmo dia ao Presidente da Câmara, vincula 2% das receitas da União e 1% das receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para que esses recursos sejam destinados anualmente, por um período de 30 anos ou até a eliminação do déficit habitacional, aos Fundos de Habitação de Interesse Social.

Com a apresentação dessa PEC, a Comissão de Desenvolvimento Urbano prestou um relevante serviço à sociedade brasileira, pois foi a primeira vez que uma medida de caráter constitucional para vinculação de recursos a esse setor foi apresentada, o que possibilitará tornar eficaz e viável o exercício do direito constitucional à moradia. Ademais, a oportunidade da medida é incontestável, uma vez que o déficit habitacional no País avança vertiginosamente. Estima-se que a falta de moradias já atinge 8 milhões de famílias, privando, dessa forma, uma parcela considerável de brasileiros do exercício deste que é um dos mais importantes direitos tutelados pela Carta Magna.

Vale registrar, por importante, que no último dia 2 de dezembro a citada PEC 285/2008 teve sua admissibilidade aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania. Segue agora para uma Comissão Especial indicada pela Presidência da Câmara onde será feita a sua análise de mérito. Em seguida a PEC será votada no Plenário da Casa e, se aprovada, será encaminhada ao Senado Federal.

Outra iniciativa que merece destaque diz respeito à instalação, no dia 6 de agosto, da **Subcomissão Permanente de Habitação**, cujo presidente é o deputado Carlos Brandão (PSDB-MA). Essa medida reforça o esforço desta Comissão em atuar de forma contundente na área de moradia popular, de sorte a assegurar a cada família brasileira o direito constitucional de ter uma moradia digna.

Além das medidas acima destacadas voltadas à área de habitação, outras tantas também foram concretizadas em torno do tema desenvolvimento urbano. Foram apreciadas quarenta e seis proposições no campo temático da Comissão, além da realização de sete Audiência Públicas, dois Seminários, e os já tradicionais eventos anuais da CDU, quais sejam, a 9ª edição da Conferência

das Cidades e a 4ª edição do Concurso Selo Cidade Cidadã, ambos com grande repercussão em âmbito nacional.

Na área de Assessoria de Imprensa da Comissão várias foram as ações voltadas à divulgação dos trabalhos legislativos aqui desenvolvidos, podendo-se citar os seguintes: elaboração e distribuição de 23 edições do Jornal “Cidade em Pauta”, totalizando 23 mil exemplares distribuídos; entrevistas com parlamentares membros da Comissão e outras autoridades que estiveram presentes nas audiências; alimentação, em tempo real, da página da Comissão quando da realização de eventos e demais atividades de interesse da sociedade.

A última seção, intitulada “Breves Considerações sobre Processo Legislativo” demonstra a abrangência da atividade legiferante e relembra aos leitores que na apreciação das proposições pelas Comissões de Mérito existem, bem definidas, regras para trâmite e apreciação, o que confere mais transparência ao procedimento legiferante.

É oportuno frisar que a CDU disponibiliza todas as informações contidas no presente trabalho em seu portal eletrônico. A exemplo das demais matérias lá divulgadas, tem-se o intuito de tornar acessível todas as atividades realizadas, sejam elas de natureza administrativa ou legislativa. Dessa forma, é possível prestar contas à sociedade dos trabalhos desenvolvidos por esta comissão técnica, além de contribuir com os estudiosos e gestores públicos que lidam com a questão urbana no País.



ISBN 978-85-736-5608-4

